

## Vórtex

*"Así pues, tanto las sociedades como los grupos humanos más pequeños pueden tomar decisiones catastróficas por toda una serie secuenciada de razones: la imposibilidad de prever un problema, la imposibilidad de percibirlo una vez que se ha producido, la incapacidad para disponerse a resolverlo una vez que se ha percibido y el fracaso en las tentativas de resolverlos."*

- Jared Diamond, *Collapse: How Societies Choose to Fail or Succeed*

Desde a divulgação da gravação entre o presidente da República e Joesley Batista o país entrou em uma forte crise política, que, em algum momento, levantou a possibilidade da renúncia de Michel Temer, possibilidade que parece bastante remota no atual momento.

Aos trancos e barrancos, porém, com algumas defecções ao longo do caminho, a coalizão governamental permanece majoritária e a recente denúncia do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, enquadrando o presidente Temer em crime de corrupção, parece ter probabilidade modesta de prosperar, já que bastam os votos de um terço da Câmara (171 deputados, ironias à parte) para que seja negado o pedido de inquérito junto ao Supremo Tribunal Federal.

**Assim, tudo aponta para a manutenção da atual administração até a posse do governo a ser eleito em 2018, ou seja, um ano e meio de governo na defensiva, mais preocupado com sua própria sobrevivência do que com o avanço de medidas que possam lidar com a forte deterioração das finanças públicas.**

Muito embora a chance de aprovação da reforma trabalhista no Senado nos pareça ainda bastante elevada (e um progresso importante para o mercado de trabalho no país), **a probabilidade de aprovação da reforma da Previdência em qualquer forma significativa, se aproxima de zero.**

**Se estivermos certos acerca disto, as implicações são muito sérias.**

A emenda constitucional que criou o teto de gastos para o setor público federal foi um avanço importante, inclusive para convencer agentes econômicos que os problemas fiscais – ainda que não pudessem ser resolvidos de imediato – seriam atacados ao longo de vários anos, permitindo o ressurgimento dos superávits primários e, em algum momento, a estabilização da dívida pública relativamente ao PIB, sinalizando um menor risco de calote.

**Ocorre que o teto de gastos, por um lado, requer que o dispêndio federal cresça menos do que o PIB; por outro lado, não dá ao gestor os instrumentos para que isto se materialize, exceto quando o teto em si for violado.** Posto de outra forma, é um mandamento, no caso um mandamento constitucional, mas não traz nenhuma instrução sobre que gastos deverão ser reduzidos, nem como.

**Já as despesas previdenciárias, sejam as relativas ao funcionalismo público (o RPPS), sejam aquelas associadas às aposentadorias e pensões do setor privado (o RGPS), que hoje representam mais da metade do gasto federal, seguirão crescendo à frente do PIB caso não haja reforma previdenciária, o que acreditamos ser o caso (bem) mais provável.**

**A conclusão, inevitável, porque resultado da aritmética mais do que da economia, é que há uma inconsistência grave entre a manutenção do teto**

**constitucional para os gastos e a continuidade da elevação das despesas com aposentadorias e pensões.**

Trabalho recente da *Instituição Fiscal Independente (IFI)*, órgão ligado ao Senado Federal, estima que, deduzidos todos os gastos obrigatórios do governo federal, a "margem fiscal" restante equivale hoje a pouco menos de 10% do dispêndio federal. Na ausência de reformas, em particular a previdenciária, o IFI projeta que em 2022 esta margem fiscal se tornaria nula, ou seja, 100% dos gastos do governo seriam tomados pelos dispêndios obrigatórios, como previdência, funcionalismo, gasto mínimo em saúde e educação, seguro-desemprego, Bolsa-Família e Benefícios de Prestação Continuada (BPC), entre outros tantos.

Obviamente, deve ficar claro que uma situação como esta não é apenas insustentável; muito provavelmente jamais chegaremos lá. **Com efeito, muito antes da margem fiscal se tornar zero, o estado brasileiro se tornaria inviável, isto é, bem antes de 2022 a situação, na ausência de reformas fiscais, se tornará inadmissível.**

Isto significa que num horizonte de poucos anos (talvez dois, talvez três), o mundo político terá que escolher entre a manutenção do teto para o gasto público e a continuidade da prestação de serviços governamentais.



Da forma como vemos, muito embora não se possa negar *a priori* a possibilidade de que o mundo político escolha a manutenção do teto e se dedique com afinco a um conjunto de medidas que reduzam, inclusive, gastos obrigatórios, a história de nosso país sugere o contrário. **Por mais que seja normalmente complicado atingir o quórum constitucional (60% da Câmara e do Senado em dois turnos cada) e por mais que mercados financeiros possam reagir negativamente, o resultado mais provável deste conflito é o abandono (ou atenuação) do teto de gastos.**

Entretanto, sem tal mecanismo torna-se crescentemente difícil a tarefa de estabilizar a dívida pública e então reduzi-la. **Ou seja, a crise política de hoje pode (e deve) resultar em graves problemas de sustentabilidade de dívida em horizonte não muito distante, trazendo de volta os problemas que assolaram o país no começo do ano passado, quando a administração da então presidente Dilma Rousseff se mostrava incapaz de romper a paralisia e adotar medidas que encaminhassem a questão fiscal.**

Há sempre, é claro, a esperança de que as eleições do ano que vem possam resultar em vitória de partidos mais comprometidos com as reformas e, dada a confusão política em que nos encontramos, seria prematuro descartar por completo esta possibilidade.

Isso dito, não há, em primeiro lugar, qualquer garantia de que forças reformistas, à la *Macron*, sejam as vitoriosas no ano que vem e, mesmo em sendo este o caso, são ainda menores as chances de um presidente comprometido com esta causa conseguir montar de imediato a coalizão que as leve adiante (embora sejamos obrigados a reconhecer que Temer conseguiu tal feito, até a divulgação de suas conversas).

De resto, o tempo não é nosso aliado. A cada ano que passa gastos e dívida crescem mais rápido que o produto, ampliando sua participação no PIB, requerendo medidas cada vez mais drásticas para lidar com o problema. O tempo é agora, mas a janela de oportunidade parece ter se fechado.

<sup>1</sup> Graduado em Administração pela FGV-SP, mestrado em Economia pela USP, doutorado em Economia pela Universidade da Califórnia em Berkeley. Em 2003, Schwartzman sucedeu a Beny Parnes na Diretoria de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, onde permaneceu até 2006. Entre 2006 e 2008, foi economista-chefe para a América Latina do ABN Amro Bank, e de 2008 à 2011 ocupou o mesmo cargo no Grupo Santander Brasil. Atualmente, além de ser sócio-diretor da Schwartzman & Associados Consultoria Econômica, escreve a coluna semanal Opinião Econômica para a Folha de S. Paulo, além de ser professor do Insper. Faz parte do Conselho de Administração da MP Advisors.